

PTB adia luta por diretas para depois da posse

São Paulo — Além do PMDB, também o PTB desligou-se oficialmente do comitê suprapartidário pró-diretas. O representante do PTB no comitê, deputado Fernando Silveira, divulgou nota à imprensa em que informa o desligamento do partido e sua adesão à candidatura de Tancredo Neves.

“Minha intuição democrática — disse ele — me leva a considerar que as oposições devem se aglutinar em torno da candidatura do governador Tancredo Neves, pois esta representa um avanço para o restabelecimento da democracia e do estado de direito através da Constituinte”.

“Quanto às eleições diretas — prosseguiu Fernando Silveira, que é vice-presidente regional do PTB — deixo para os companheiros do comitê a proposta de retomarmos a luta no dia 16 de janeiro, tão logo Tancredo Neves seja eleito, aí, sim, devemos procurar do novo governo um compromisso que venha de encontro às aspirações populares”.

Já o PMDB, cujo afastamento do comitê era comentado desde a semana passada, não se preocupou em prestar qualquer satisfação à opinião pública. A notícia, contudo, foi confirmada pelos demais integrantes do comitê.

Agora, os demais integrantes do comitê pró-diretas — que deixou de ter a característica de suprapartidário — entendem que “chegou a hora de repensar o movimento e verificar o que podemos fazer para promover o avanço democrático que a Nação exige”, segundo do José Dirceu, do Partido dos Trabalhadores.

“O PT — declarou Dirceu — continuará com a luta pelas eleições diretas, prosseguirá em sua posição contra a regulamentação do Colégio Eleitoral e não apoiará a Aliança Democrática, nem seu candidato”.

O comício marcado para o dia cinco de outubro na Praça da Sé foi no entanto, adiado “sine die”. Dia primeiro de outubro, está marcada uma reunião com os partidos e entidades que permanecem engajados no movimento para organizar outras manifestações já programadas: no dia dez de outubro, marcha a Brasília, convocada pela Central Única de Trabalhadores, e realização de uma passeata em frente ao edifício do Congresso, na defesa de aumentos trimestrais de salários, jornada de trabalho de 40 horas semanais, salário-desemprego, reforma agrária e eleições diretas.